



## MUNICÍPIO DE VISTA GAÚCHA - RS CONTRATOS CELEBRADOS ANO DE 2019.

**CONTRATO Nº 001/2019**

DATA: 25/01/2019

CONTRATADO: MARINA VEÍCULOS LTDA

CNPJ: 94.089.398/0007-13

OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo novo para uso da Secretaria da Saúde

VALOR R\$: 89.800,00

**CONTRATO Nº 002/2019**

DATA: 30/01/2019

CONTRATADO: ALICSON BRAUCKS EPP

CNPJ: 03.531.227/0001-51

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para uso na merenda escolar

VALOR R\$: 20.560,08

**CONTRATO Nº 003/2019**

DATA: 30/01/2019

CONTRATADO: COMERCIAL WEIMER LTDA ME

CNPJ: 97.883.425/0001-28

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para uso na merenda escolar

VALOR R\$: 23.763,45

**CONTRATO Nº 004/2019**

DATA: 30/01/2019

CONTRATADO: ELENIDES DOS SANTOS FRANCHINI ME

CNPJ: 11.538.562/0001-00

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para uso na merenda escolar

VALOR R\$: 1.489,60

**CONTRATO Nº 005/2019**

DATA: 31/01/2019

CONTRATADO: RÁDIO MUNICIPAL DE TENENTE PORTELA

CNPJ: 89.478.630/0001-80

OBJETO: Locação de espaço radiofônico

VALOR R\$: 7.876,00

**CONTRATO Nº 006/2019**

DATA: 04/02/2019

CONTRATADO: CLAUDIANO C RHODEN &amp; CIA LTDA ME

CNPJ: 07.339.871/0001-83

OBJETO: Aquisição de material escolar, pedagógico e de expediente

VALOR R\$: 1.134,30

**CONTRATO Nº 007/2019**

DATA: 04/02/2019

CONTRATADO: DORNELLES LOTERIAS LTDA

CNPJ: 13.600.120/0001-71

OBJETO: Aquisição de material escolar, pedagógico e de expediente

VALOR R\$: 60,00

**CONTRATO Nº 008/2019**

DATA: 04/02/2019

CONTRATADO: EDIRLEI PAVINATO VARIEDADES ME

CNPJ: 17.522.170/0001-39

OBJETO: Aquisição de material escolar, pedagógico e de expediente

VALOR R\$: 14.042,69

**CONTRATO Nº 009/2019**

DATA: 04/02/2019

CONTRATADO: MAQUIPEL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA EPP

CNPJ: 93.805.521/0001-05

OBJETO: Aquisição de material escolar, pedagógico e de expediente

VALOR R\$: 2.554,68

**CONTRATO Nº 010/2019**

DATA: 07/02/2019

CONTRATADO: ALICSON BRAUCKS EPP

CNPJ: 03.531.227/0001-51

OBJETO: Aquisição de Materiais de Limpeza para uso nas Escolas Municipais

VALOR R\$: 1.118,25

**CONTRATO Nº 011/2019**

DATA: 07/02/2019

CONTRATADO: COMERCIAL WEIMER LTDA ME

CNPJ: 97.883.425/0001-28

OBJETO: Aquisição de Materiais de Limpeza para uso nas Escolas Municipais

VALOR R\$: 7.392,90

**CONTRATO Nº 012/2019**

DATA: 07/02/2019

CONTRATADO: EDIRLEI PAVINATO VARIEDADES ME

CNPJ: 17.522.170/0001-39

OBJETO: Aquisição de Materiais de Limpeza para uso nas Escolas Municipais

VALOR R\$: 2.171,15

### MUNICÍPIO DE VISTA GAÚCHA - RS AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019. OBJETO: Serviços Técnicos para ministrar oficinas socioeducativas na área de artes visuais. JULGAMENTO: 21/02/2019 às 08h:30min. LOCAL: Centro Adm. Mun., sito a Av. Nove de Maio, 1015. INFORMAÇÕES: No Centro Adm. Mun., fone (55) 3552-1022, site [www.vistagaucha-rs.com.br](http://www.vistagaucha-rs.com.br) e e-mail [compras@vistagaucha-rs.com.br](mailto:compras@vistagaucha-rs.com.br). V. Gaúcha, 08/02/2019.

CELSO JOSÉ DAL CERO -  
Prefeito Municipal

## RS e mais oito Estados pedem ao STF que autorize corte nos salários de servidores

GaúchaZH

Em pedido ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, os secretários da Fazenda de nove Estados, incluindo o do Rio Grande do Sul, Marco Aurelio Santos Cardoso, solicitaram o restabelecimento de medida que prevê a possibilidade de redução na jornada de trabalho de servidores públicos com corte de salários. Essa ação poderia ser adotada, de forma temporária, em momentos de estouro do limite de gastos com pessoal.

A solicitação dos Estados tem como base dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que está suspenso por medida cautelar (liminar). O tema deverá voltar à pauta do plenário do STF em 27 de fevereiro.

Suspensão pela liminar, o artigo 23

da LRF prevê que os Estados podem adotar a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária se os gastos com pessoal ultrapassarem o limite de 60% da receita corrente líquida (RCL). Além do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Paraná, Ceará, Pará, Alagoas e Mato Grosso do Sul também assinaram o pedido encaminhado ao STF. O texto foi entregue à Corte na segunda-feira (4) pelo governo de Goiás.

A discussão sobre a possibilidade de redução de jornada e dos vencimentos de servidores públicos com estabilidade foi parar no STF em 2002. Representantes de três partidos políticos, PC do B, PT e PSB, ingressaram com uma ação na Corte questionando pontos da LRF, que havia sido sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso em 2000.

